

PSDB
Brasileiras

PSDB
MULHER

2021

Dor, impotência, vazio... Temos todos os mesmos sentimentos. O PSDB-Mulher abraça cada família e solidariza-se neste momento de tragédia sem igual.

#VacinaParaTodos

MAIS DE
400 MIL
VÍTIMAS DA COVID

VI EDIÇÃO · 4 DE MAIO DE 2021 - ANO XXI · www.psdb-mulher.org.br



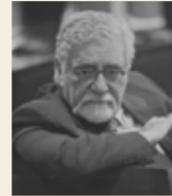
Editorial | 3

Mesmo diante da resistência do Planalto, a força suprapartidária das mulheres consegue impedir veto à proposta que impede a discriminação salarial entre homens e mulheres.



José Aníbal | 3

Coordenador da Comissão Partidária para Prévias analisa repercussão externa e interna do debate acerca da escolha do candidato a presidente da República pelo PSDB.



Celso Lafer | 4

Chanceler do presidente Fernando Henrique Cardoso aponta equívocos na atual política externa e os impactos negativos, sobretudo, nas relações bilaterais e multilaterais.

PSDB-Mulher levanta debate sobre nome da legenda ao Planalto 2022

| 2

Yeda Crusius inicia conversas com presidenciáveis tucanos



"Eu sou um defensor das prévias. Sou filho das prévias, aliás. É uma medida democrática, justa, correta, ela é ativadora, irrigadora e entusiasma o partido que utilizar o recurso da prévia, seja o PSDB ou qualquer outro partido."

– João Doria, governador de São Paulo

Crédito: Marcos Corrêa/PR

"Tem que ser na urna eletrônica, com todos os filiados votando, uma ampla campanha, todos os candidatos viajando juntos pelo país, debatendo nas principais cidades."

– Arthur Virgílio Neto, ex-prefeito de Manaus (AM)

Crédito: Pedro França/Agência Senado



"Eu defendo que todos possam votar. A questão objetiva vai ser discutir os pesos que os votos têm, porque somos uma federação. Tudo isso precisa ser considerado para que se tenha uma estrutura que reflita não apenas a vontade da maioria, mas a melhor estratégia para o pleito do ano que vem."

– Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul

Crédito: Gustavo Mansu/Palácio Piratini

"Meu nome foi colocado pelo presidente do partido. Não pensava nisso. No entanto, estou dentro disso, participando disso, no sentido de poder tentar articular uma união não só dentro do partido, mas também fora do partido."

– Tasso Jereissati, senador da República pelo PSDB do Ceará.

Crédito: Gerdan Wesley



Crédito: Prefeitura de Lauro de Freitas

| 3

Covid-19: Falta da 2ª dose

Desorganização e falta de planejamento nacional leva à paralisação em centenas de cidades no plano de imunização, tudo por falta da 2ª dose da vacina Coronavac.



Crédito: Gustavo Lima/Agência Câmara

| 3

Reforma Eleitoral

Câmara vai instalar nesta terça-feira (4/5) a comissão especial para discutir a Reforma Eleitoral. Em paralelo atua o grupo de trabalho destinado a elaborar estudos para a reforma da legislação.



Crédito: Divulgação/Internet

| 5

Reforma Tributária

Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) critica propostas para faltar reforma. Idealizador e relator da PEC nº 110/2019, que altera o sistema tributário nacional, o economista acredita que a Reforma Tributária vai ajudar o Brasil a voltar a crescer.

PSDB-Mulher Nacional se mobiliza para ouvir candidatos às prévias partidárias

O PSDB-Mulher Nacional deu início a uma rodada de conversas com os candidatos apresentados às prévias do PSDB para escolha do nome do partido na disputa à Presidência da República. O primeiro encontro da **presidente do Secretariado da Mulher/PSDB, Yeda Crusius**, foi com o **governador de São Paulo, João Doria**.

A conversa ocorreu [a convite do governador Doria,] no último fim de semana, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. No encontro, Yeda Crusius foi categórica sobre a participação do PSDB-Mulher: *“Não há democracia sem a participação efetiva das mulheres”*.

Yeda Crusius reforça que pretende conversar com todos os pré-candidatos às prévias nas próximas semanas.

Até o momento estão postos os nomes dos **governadores de São Paulo, João Doria; do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite; do ex-prefeito de Manaus (AM), Arthur Virgílio Neto; e do senador pelo PSDB do Ceará, Tasso Jereissati.**

Tasso admitiu, em entrevistas a jornais de grande circulação, que pode participar das prévias como alternativa de uma terceira via. *“Se meu nome servir para unir, em algum momento, vamos trabalhar nessa direção”*, disse o senador.

As prévias do PSDB para escolha do seu candidato à presidência da República em 2022 estão marcadas para 17 de outubro deste ano. Líderes e militância do partido debatem sobre os possíveis candidatos.

Pensando em contribuir para o debate, consolidação da união partidária e fortalecimento da democracia, o **PSDB-Mulher Nacional tem promovido também lives para discutir o tema com as bases e principais lideranças do partido.**

“O PSDB, desde a sua origem, luta pela democracia plena. A escolha de um candidato pelas prévias é o primeiro passo de um exercício democrático”, avalia **Solange Jurema, presidente de honra do PSDB-Mulher Nacional.**

A comissão partidária responsável pelas prévias



Crédito: Divulgação

do PSDB abriu os trabalhos, na semana passada, para definir as regras que serão seguidas na escolha do candidato do partido à presidência da República em 2022.

O grupo vai debater as propostas sobre formato da votação – de todos os filiados ou só dos ocupantes de cargos – até ao possível adiamento da eleição interna. João Doria e Eduar-

do Leite se reuniram com o presidente nacional do PSDB, Bruno Araújo, no último dia 27.

Os organizadores das prévias visam atender às demandas dos militantes e filiados para escolher o nome capaz de aglutinar o centro e construir uma terceira via, diante da polarização entre a esquerda e a extrema direita nas eleições de 2022.

A comissão é composta pelo ex-presidente nacional do PSDB, José Aníbal; a prefeita de Palmas, Cinthia Ribeiro; o líder do partido no Senado, Izalci Lucas; os deputados federais Lucas Redecker (RS) e Pedro Vilela (AL); o presidente do PSDB-SP, Marco Vinholi; e o ex-deputado Marcus Pestana.

COVID FOI A MAIOR CAUSA DE MORTES NO BRASIL EM 9 DOS 13 MESES DE PANDEMIA



Infográfico: Luís Medeiros

Fonte: Datasus e Sivep-gripe

Expediente

Produção e Redação: Shirley Loiola, Giselle Santos.
Colaboradora: Renata Giraldi.
Editoração e Design: Luís Medeiros.

Este jornal faz parte dos produtos da Plataforma Digital PSDB-Mulher 2021.

Equidade salarial, necessidade mais do que urgente

No momento em que o Brasil assiste estupefato o avanço do desemprego, que ficou em 14,2% no trimestre encerrado em janeiro, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), atingindo o patamar recorde de 14,3 milhões de pessoas, das quais muitas chefes de família, o presidente Jair Bolsonaro

anunciou seu "temor" em sancionar o projeto que estabelece multa para empresas que pagarem salários diferentes para homens e mulheres que exerçam a mesma função.

Depois de aprovado pelo Senado, o projeto de lei complementar (PLC) 130/2011 retornou à Câmara por um apelo feito pela bancada feminina na ten-

tativa de evitar o veto ao texto e deixar cair por terra anos de negociações. Foi argumentado que as alterações feitas no Senado ao projeto iniciado na Câmara.

Juntas, agora, temos de atuar para evitar que uma proposta fundamental de equidade salarial seja "esquecida", uma vez que se trata de um projeto, que por

décadas, ficou estagnado no Congresso Nacional.

Por sorte, a nossa força é suprapartidária e vamos tentar reverter a situação, mas estamos cientes de um empecilho maior que há pela frente: a resistência do Palácio do Planalto. Na semana passada, em uma live, Bolsonaro disse ter dúvidas sobre sancionar

o projeto, pois disse temer que as empresas não contratariam mais mulheres em decorrência da lei...

Não podemos nos calar! Deixo aqui a reflexão: pelo texto aprovado, a empresa punida deverá compensar a funcionária discriminada com o pagamento de valor correspondente a cinco vezes a diferença verificada em todo o período da contratação até o limite de cinco anos. No Senado, houve apenas a inclusão da preposição "até".

Yeda Crusius
Presidente do Secretariado Nacional da Mulher/PSDB

Pinga-Fogo

Democracia sob risco

Muito grave a declaração do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) em apoio a decisão do congresso de El Salvador que destituiu a Suprema Corte do país e o procurador-geral. Segundo o deputado, a decisão, questionada por órgãos de defesa dos direitos humanos, foi "constitucional". Esse "modelo de democracia" dos Bolsonaro é, no mínimo, perigoso.

Recorde negativo

Na última semana, o Brasil ultrapassou a marca de 400 mil mortos pela Covid-19. Para especialistas, aumenta o risco de o país ter uma terceira onda da pandemia antes de atingir a imunidade pela vacinação. A reabertura do comércio, segundo cientistas, favorece as taxas de transmissão e a ameaça de aumento de casos.

Covid-19

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei do tucano Rodrigo de Castro (MG), que permite à administração pública dispensar a realização de licitações para a compra de insumos e medicamentos, além de bens e serviços de engenharia, para o tratamento hospitalar de pacientes de Covid-19. O texto segue para o Senado.

Fim dos 30%

O ministro do STF Edson Fachin enviou aos deputados que compõem o grupo de trabalho sobre reforma eleitoral uma carta elaborada por professores que pesquisam o tema e que manifestaram preocupação com os temas discutidos pelos parlamentares. A preocupação se concentra, por exemplo, na possibilidade de extinção da exigência de 30% de candidaturas femininas em eleições, que seria compensada por uma reserva de 15% das cadeiras nos Legislativos.

Violência política

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados promoveu audiência pública sobre violência política contra as mulheres negras. Pelos dados do relatório "Violência Política e Eleitoral no Brasil", a cada 13 dias, o Brasil registra pelo menos um caso de violência contra candidatos ou pré-candidatos, em todos os níveis da federação e entre as mais variadas filiações partidárias – média calculada desde 2016.

Prévias: democracia interna e ousadia

Por José Aníbal*



Crédito: Divulgação

É uma boa hora para o PSDB falar mais, romper as amarras dos últimos anos, conhecer melhor o dia a dia atual e sofrido, assustado, pleno de incertezas, sem renda garantida, sem emprego e com filhos que não têm acesso ao ensino a distância, da maioria dos brasileiros na pandemia.

O fato do PSDB decidir por prévias para a escolha de nosso candidato a Presidente da República em 2022 repercutiu bem na imprensa. Todas as mídias procuram o partido e os indicados para a comissão de prévias para entrevistas, avaliações e projeções. O interesse maior é sobre como o processo será organizado: a participação dos filiados, a data de filiação para habilitar os eleitores, a manutenção ou mudança da data das prévias e outras questões relevantes, mas quase todas focadas nos regramentos.

A imprensa, pressupondo ou utilizando informações que obtém aqui e acolá, faz cruzamentos sobre quem será beneficiado por esta ou aquela decisão. De certo modo, desejam informar o leitor sobre qual pré-candidato tem maior ou menor chance de vencer. É o papel da imprensa.

Nosso papel, militantes do PSDB e respondendo ao con-

vite do PSDB-Mulher, transcende as questões de procedimentos e organização das prévias. Esses são fundamentais para que a escolha se faça num debate amplo e de intenso compromisso com os brasileiros, para indicar um candidato portador de um projeto de nação, com democracia como valor absoluto, reformista, inovador e ousado, que livre nosso país do desastre em que vivemos hoje.

Quanto à organização das prévias, os coordenadores terão até o final do mês para ouvir muito, conhecer experiências e oferecer uma proposta para decisão da executiva nacional. Certamente, vamos apresentar um procedimento para estimular o crescimento do ativismo político-partidário, os debates e a convergência no nome que será escolhido. E aqui sabemos da vitalidade e presença do PSDB-Mulher para promover debates inovadores por todo Brasil.

É uma boa hora para o PSDB falar mais, romper as amarras dos últimos anos, conhecer melhor o dia a dia atual e sofrido, assustado, pleno de incertezas, sem renda garantida, sem emprego e com filhos que não têm acesso ao ensino a distância, da maioria dos brasileiros na pandemia. Principalmente, um momento único para agir com ousadia, com determinação de recuperar a esperança que esse tempo sombrio nos impõe.

Como na fundação, quando saímos de um partido que governava o Brasil para criar um partido "longe das bezenes do poder e próximo do pulsar das ruas", frase-guia de Montoro, vamos recuperar energias que emanam e reafirmam o compromisso primeiro: servir ao povo brasileiro.

***Economista. Foi deputado federal e senador da República pelo PSDB-SP, presidente do Instituto Teotônio Vilela Nacional. É coordenador da Comissão Partidária para Prévias.**

A Política Externa e o Momento Atual

Por Celso Lafer*

Começo observando que um mundo finito e interdependente unifica o campo das relações internacionais. Explicita a porosidade das fronteiras que a era digital magnifica, internalizando o mundo no âmbito da vida dos países. Cria assim novos com riscos e possibilidades. Daí a importância da política externa como política pública.

Os equívocos substantivos da política externa de Bolsonaro vêm sendo destacados, desde o seu início, por um respeitável espectro da sociedade brasileira.

Em síntese: aponta-se a incapacidade do presidente de orientar-se no mundo, pois não sabe ponderar necessidades internas, nem avaliar possibilidades externas. É o que provoca o isolamento internacional do Brasil. Também é um governo que não inseriu a política externa na moldura constitucional do artigo 4, que estipula os princípios que regem as relações internacionais do país. É uma política externa instigadora de rupturas que vem dilapidando o acumulado capital diplomático do Brasil.

O ano de 2021 trouxe uma mudança quantitativa e qualitativa deste contexto. Com efeito, tornou-se avassaladora a avaliação por amplos setores da vida brasileira dos equívocos da política externa bolsonarista. Para isso contribuiu a pandemia da Covid-19, que alterou em escala planetária o cotidiano, magnificou as ameaças à vida, fazendo da **diplomacia das vacinas e da cooperação internacional** em matéria de pesquisa e acesso que exige, item prioritário da pauta internacional. Trata-se de exemplo inequívoco do papel da gestão de riscos da política externa que comprova de maneira superlativa como o governo Bolsonaro não se preocupa nem dela se ocupa.

Com efeito, trata-se de uma política externa que desconsidera frontalmente a sua responsabilidade na gestão de riscos. Isto alcança nosso relacionamento com os vizinhos, nossa capacidade de atuar nas instâncias multilaterais, nosso potencial de lidar com o meio-ambiente e clima, com consequências restritivas para as exportações brasileiras e os investimentos em nosso país.

Em matéria de posturas no campo dos direitos humanos, destrói uma benévola percepção in-

ternacional do Brasil como aberto à diversidade e à pluralidade.

A multiplicidade e variedade do impacto do mundo na vida dos outros países explicam por que numa democracia a política externa deixou de ser o domínio reservado e exclusivo da perspectiva autocentrada de governantes e de seus agentes. Requer levar em conta as sensibilidades, interesses e paixões de muitos, que se manifestam pelos canais de articulação de voz da sociedade e por meio dos partidos políticos. Isto se traduz **numa agenda da opinião pública** que repercute no Congresso e impacta o seu papel fiscalizador da ação do Executivo.

Lidar com a agenda da opinião pública, numa democracia, é condição de sustentabilidade da política externa. Enfrentar esta agenda e seus desafios é uma responsabilidade do chanceler.

No exercício desta responsabilidade fracassou de maneira retumbante Ernesto Araújo. A sua queda é um inédito “impeachment informal”, conduzido pela agenda da opinião pública e pelas suas ressonâncias no Congresso, que ele antagonizou com plúmbea insensibilidade. Diz o provérbio latino: *Quos Deus vult perdere prius dementat*, - o que Deus quer perder primeiro tira o juízo - no caso, inclusive, o juízo diplomático.

E agora? Cabe a pergunta se o novo chanceler, embaixador Carlos Alberto Franco França, terá a possibilidade de conter os equívocos do ímpeto do juízo diplomático do presidente Bolsonaro.

No seu discurso de posse, em 6 de abril, indicou que a missão a ele confiada é a de enfrentar as urgências no campo da saúde, da economia e do desenvolvimento sustentável e clima. Trata-se de missão pertinente. Tem o mérito conceitual de estabelecer o quadro geral dos problemas e definir uma agenda relevante.

Permanece no entanto a pergunta: terá condições de levar adiante esta missão no âmbito das características do presidente? É uma missão muito difícil, pois significa inserir a política externa no âmbito da razoabilidade e da racionalidade, atributos que não integram a visão das coisas do presidente nesta, para não dizer em quase todas outras, esfera da governança do país.



Crédito: Agência Senado

O tom do discurso de Bolsonaro na Cúpula do Clima, em 23 de abril, está mais em sintonia com a palavra de seu novo chanceler. Comporta ressalvas, mas é mais construtivo. Busca construir pontes e não atirar pedras. Aponta os ativos do país na área ambiental e da sustentabilidade, que provêm de governos anteriores. Destaca a relevância da cooperação internacional e movimenta-se para uma maior congruência com a agenda internacional na matéria, que redobrou de força no plano mundial com a Presidência Biden.

Neste sentido, contrasta com a visão transmitida por Bolsonaro no seu discurso na ONU em 2019, da qual o seu antigo chanceler foi um dedicado propagador. Em 2019, combateu os “ataques sensacionalistas da mídia internacional aos incêndios na Amazônia” e rechaçou “as tentativas de instrumentalizar a questão ambiental e a política indigenista em prol de interesses políticos e econômicos externos”. Na mesma linha, no seu discurso na ONU no ano seguinte, afirmou: “somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal” e acusou instituições internacionais de “interesses escusos” que, em união com “associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, prejudicam o governo e o próprio Brasil.”

A confiabilidade, perante terceiros, internos e internacionais,

da mudança e dos novos compromissos e posturas aventadas no discurso da Cúpula do Clima é precária. Exige uma credibilidade não sustentada pela conduta até agora do presidente e do desabrido negacionismo da atuação de seu ministro do Meio-Ambiente, Ricardo Salles. Parecem palavras ao vento a eliminação do desmatamento ilegal ou a possibilidade de fortalecimento dos órgãos ambientais e do seu efetivo papel de comando e controle. Muito, muitíssimo precisa ser feito em termos de ação e não de palavras para a recuperação em prol do interesse nacional da posição brasileira na agenda do meio-ambiente. É indispensável que os fatos falem por eles mesmos (*res ipsa loquitur*) Enquanto isso não ocorrer é aplicável o aforismo jurídico: *Venire contra factum proprium non valet* - não tem validade (e a credibilidade da boa-fé) contrapor-se aos próprios atos.

***Advogado, jurista, professor, membro da Academia Brasileira de Letras e ex-ministro das Relações Exteriores brasileiro no governo FHC. Atualmente, é presidente do Conselho Deliberativo do Museu Lasar Segall, membro do GACint, ligado ao Instituto de Relações Internacionais da USP e presidente do Conselho Editorial da revista Política Externa**

Reforma Eleitoral: Câmara debate sub-representação feminina na política



Apouco mais de um ano para o pleito de 2022, a Câmara dos Deputados retoma o debate acerca da **Reforma Eleitoral**. Nesta terça-feira (04/5) será instalada uma comissão especial para discutir o tema, e em paralelo atua o grupo de trabalho destinado a elaborar estudos para a reforma da legislação.

Os pontos discutidos são polêmicos. Vão desde a adoção do chamado “**distritão**” ao possível fim da cláusula de barreira, passando pela **sub-representação feminina na política**. Mas existe um consenso: a necessidade de atualizar um sistema que está defasado.

“Hoje temos uma **balbúrdia legislativa**”, afirma o **advogado Luiz Fernando Casagrande Pereira**, coordenador-geral da Academia

Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

A advogada **Luciana Loureiro**, membro fundadora da ABRADEP, assessora jurídica do Secretariado Nacional da Mulher/PSDB e vice-presidente do PSDB-Mulher do Distrito Federal, destaca que avanços para a representatividade feminina na política passam pela “**conscientização nos diretórios estaduais e municipais acerca do uso dos 5% do Fundo Partidário exclusivamente para criação e promoção de programas de participação da mulher na política**”.

Os advogados conversaram com a reportagem do jornal PSDB Brasileiras PSDB-Mulher e detalharam os pontos mais polêmicos.

[Clique para ler a reportagem completa](#)

Falta de planejamento e de vacinas arriscam imunização em massa



Sem planejamento, o Brasil enfrenta problemas na vacinação contra a Covid-19. Dados do consórcio de veículos de imprensa, baseados nas informações fornecidas pelas secretarias estaduais de saúde, desta segunda-feira (3/05), mostram que apenas 15,26% da população nacional foi imunizada até o momento.

A situação pode se agravar ainda mais. **Uma pesquisa realizada pelo TCU (Tribunal de Contas da União)**, publicada em 26 de abril pelo jornal Folha de S.Paulo, **apontou a baixa quantidade de doses recebidas e a ausência de um cronograma de disponibilização de imunizantes pelo Ministério da Saúde como principais obstáculos para o Brasil alcançar a meta de vacinar os grupos prioritários contra a Covid-19**.

No começo da semana passada, a aplicação da segunda dose da vacina CoronaVac foi suspensa nos municípios de pelo menos 18 estados por falta de imunizante. Após todo o transtorno e mais atrasos na vacinação, na quinta-feira (29/4), o Ministério da Saúde “descobriu” um estoque de 104 mil doses de vacinas CoronaVac armazenado em um centro de distribuição em São Paulo.

O Ministério da Saúde que antes havia determinado que não fosse feita a reserva da segunda dose, agora, orienta que os estados e municípios reservem, tendo em vista os atrasos no fornecimento de insumos e imunizantes.

Quem não recebe a dose de reforço não completa o esquema vacinal e, portanto, não fica protegido o suficiente contra a Covid-19.

“Só a Reforma Tributária pode destravar a economia”, diz Haully

Em meio à uma crise econômica agravada pela pandemia do coronavírus, o Congresso Nacional deverá, enfim, voltar a discutir a tão necessária **Reforma Tributária**. Na última semana, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), conversou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o assunto. A expectativa é que haja um consenso entre o Executivo e o Legislativo.

Idealizador e relator da PEC nº 110/2019, que altera o sistema tributário nacional, o economista e ex-deputado federal Luiz Carlos Haully (PSDB-PR) acredita que a Reforma Tributária vai ajudar o Brasil a voltar a crescer.

O **tucano criticou a proposta de fatiar a reforma**, lembrando que desde a promulgação da Constituição de 1988, as 17 minirreformas tributárias fatiadas conduzidas pelo Congresso e o Governo Federal tiveram resultados catastróficos para o país, entre eles um dos menores crescimentos econômicos do mundo, aumento da dívida pública, 14 milhões de desempregados e mais de 50% das famílias e empresas inadimplentes.



“**Por tudo isto, o Brasil estagnou e agora está dando marcha ré**”, avaliou.

Entre as modificações no sistema defendidas por Haully estão a **simplificação e redução da carga tributária, a não interferência na partilha da arrecadação dos três entes federados – União, Estados e Municípios, e a adoção de uma justiça fiscal solidária para reduzir em 70% os tributos sobre as famílias de menor renda.**

“**A Reforma Tributária completa é o melhor e mais seguro caminho para destravar a economia brasileira**”, defendeu. “**Ela vai tirar o Brasil do 184º pior sistema tributário do mundo, e pôr entre os dez melhores**”, completou o tucano.